



FAMILIA Y EDUCACIÓN EN UN MUNDO EN CAMBIO

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UNIVERSITÁRIOS AFROBRASILEIROS

Norma da Luz Ferrarini, Luciana Albanese Valore, Denise de Camargo

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil
normadaluz@ufpr.br

Fecha de recepción: 30 de enero de 2012

Fecha de admisión: 15 de marzo de 2012

RESUMO

Na última década as políticas de ações afirmativas vêm proporcionando transformações significativas na sociedade brasileira ao promoverem o debate e consolidando a democratização de acesso ao ensino superior. O presente estudo de caso analisa implicações das políticas de ação afirmativa na construção da identidade de universitários afrobrasileiros. Analisando os depoimentos de vinte e dois estudantes da Universidade Federal do Paraná que ingressaram pelo sistema de cotas raciais e participaram do Projeto Afroatidade, observou-se uma mudança significativa na configuração da identidade racial. Assim, se anteriormente à sua participação no mencionado Projeto seus discursos evidenciaram uma concepção naturalizante sobre a questão racial da constituição da identidade e do ocultamento de atitudes sociais preconceituosas, após a mesma pôde-se observar uma ressignificação das dimensões da identidade racial, da identidade universitária, da identidade de cotista e da identidade de grupo. Essa ressignificação identitária propiciou maior integração ao aparelho institucional universitário e à cultura, apropriação de saberes e de lugares sociais, compreensão das múltiplas determinações sociais no processo de constituição da identidade e de emancipação dos indivíduos, experiência de formação política capaz de mobilizar forças de transformação, substituindo a inércia de uma estagnação identitária pela participação ativa do sujeito enquanto ser histórico na construção da sociedade.

Palavras-chave: políticas afirmativas - cotas raciais - identidade

ABSTRACT

In the last decade, affirmative action policies have provided significant transformations in Brazilian society by fostering debate and consolidating the democratization of access to higher education. This study analyzes the implications of affirmative action policies in the construction of the identity of Afro-Brazilian students. Analyzing the testimony of twenty-two students at the Federal University of Parana, which entered the university through the system of racial quotas and participated in the Project Afroatidade, we observed a significant change in the configuration of racial identity. Thus, if prior to their participation in the project mentioned his speeches showed a naturalistic



POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UNIVERSITÁRIOS AFROBRASILEIROS

conception of the racial constitution of identity and hiding biased social attitudes, after it was possible to observe a redefinition of the dimensions of racial identity, academic identity, quota holder identity and group identity. This redefinition of identity led to greater integration into the institutional apparatus and the university culture, appropriation of knowledge and social places, understanding of the multiple determinants in the process of social constitution of identity and empowerment of individuals, experience of political formation capable of mobilizing forces of change, replacing the inertia of stagnation identity through active participation of the subject as a historical being in the building society.

Keywords: affirmative policies - racial quotas - identity

INTRODUÇÃO

O termo “ações afirmativas” teve origem nos Estados Unidos, na década de 60, quando grupos sociais excluídos de seus direitos civis lutavam por melhores condições. O movimento negro exige do Estado uma postura ativa frente às desigualdades existentes entre negros e brancos com o objetivo de acabar com as medidas segregacionistas e de melhorar as condições da população negra possibilitando maior acesso ao ensino superior (MOEHLECKE, 2002; SANTOS, 2008). Pautando-se no princípio de que tratar pessoas desiguais de forma igualitária amplia a desigualdade, ações afirmativas significariam ceder privilégios aos grupos socialmente excluídos de certos contextos (GUIMARÃES, 1997; SANTOS, 2008). As cotas por meio da reserva de vagas no processo de seleção para ingresso no ensino superior são um tipo de ação afirmativa possível (GUARNIERI & MELO-SILVA, 2007) e colocam o desafio de romper as desigualdades raciais e sociais no acesso e permanência na universidade.

No Brasil o sistema de cotas nas universidades públicas teve como objetivo a implementação de ações afirmativas inclusivas com vistas a garantir o acesso e a permanência no ensino superior de estudantes em situação de fragilidade socioeconômica e a inclusão da população negra. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), campo empírico deste trabalho, a forma de ação afirmativa empreendida a partir de 2005 significou a reserva de 40% das vagas de cada curso aos alunos cotistas, sendo 20% para os oriundos de escola pública e 20% para os alunos negros. A despeito das inúmeras discussões favoráveis ou não à implantação das cotas, a UFPR decidiu por levar adiante esta política com o objetivo não de tutelar ou facilitar o ingresso destes alunos e sim no sentido de criar oportunidades de acesso, buscando democratizar, de forma ampla, o espaço público destinado à educação de nível superior, pautando-se no princípio da igualdade garantido como direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Entendendo que uma inclusão social deve ser acompanhada por estratégias que garantam permanência e desempenho acadêmico satisfatório, proporcionam-se bolsas de estudo não somente na oferta de apoio financeiro, mas incentivando a participação em atividades de formação voltadas para questões sociais.

Em vistas ao início do processo de implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras, uma atitude conjunta das entidades do Movimento Negro Organizado e do Governo Federal culminou no desenvolvimento do Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros integrando diferentes setores do poder resultando na criação do Projeto Brasil Afroatitude (ESMANHOTO, 2007), direcionado à minimização das desigualdades raciais. O referido Projeto visa fortalecer a implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, apoiando ações nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, em situação social precária.

Guarnieri & Melo-Silva (2007) destacam que a questão das ações afirmativas para grupos étnicos específicos exige o aprofundamento nas problemáticas relacionadas à identidade racial. Em apoio a essa tese reporta-se aqui a Octávio Ianni (2004) o qual argumenta que, ao lado de outros



FAMILIA Y EDUCACIÓN EN UN MUNDO EN CAMBIO

dilemas como as lutas religiosas, as desigualdades entre gêneros e as contradições de classe social, a questão racial é um desafio da modernidade, uma vez que raça, racismo e mesmo “racialização”, pela classificação e hierarquização, são produzidos nas relações culturais e sociais. Santos (2008) advoga que, de acordo com esse ponto de vista, a racialização é uma estratégia política de ação do movimento negro brasileiro necessária não apenas para a existência das cotas raciais, mas para denunciar uma história marcada por uma ideologia de miscigenação racial do povo brasileiro e “democracia racial”. Destaca ainda que, a partir do momento em que o Estado admite políticas de ação afirmativa para grupos raciais, não só reconhece esses grupos raciais, mas reconhece que não existe democracia entre as raças passando a viver oficialmente numa sociedade racista (BRANDÃO, 2003). A partir dos anos de 1990 o Estado brasileiro admitiu, perante organismos internacionais, que o Brasil é um país racista, tendo o movimento negro brasileiro um importante papel nesse fato (THEODORO, 2008; SANTOS, 2008).

Os efeitos deste fenômeno nos processos de segregação e exclusão social da população negra, nos âmbitos educacional e profissional, sobretudo, têm sido observados ao longo da história da sociedade brasileira, como muitas pesquisas têm evidenciado (GONÇALVES & SILVÉRIO, 2003; MAGGIE & FRY, 2004; MOEHLECKE, 2004; PACHECO & SILVA, 2007; NEVES, RAIZER & FACHINETTO, 2007; DUARTE, BERTÚLIO, & SILVA, 2008; CIAMPA & MUNANGA, 2000; MUNANGA, 2001, 2009). No que se refere às políticas afirmativas, as pesquisas têm enfatizado principalmente as dimensões econômica e jurídica existindo uma lacuna na produção do conhecimento sobre os efeitos das políticas afirmativas na construção da identidade (SOARES, 2010; LEITE, 2009; PENHALOPES, 2008; MATTA, 2005; BACKES, 2006).

Diante desse quadro e compreendendo que as políticas afirmativas são políticas de identidade, o presente estudo volta-se a estas lacunas e busca refletir como a participação dos indivíduos nas políticas de ação afirmativa instituídas pelo sistema de cotas raciais para ingresso no ensino superior, pode implicar um rearranjo da percepção de si mesmos e do outro no processo identitário. Com este propósito, apresenta-se um estudo de caso realizado com estudantes universitários que ingressaram pelo sistema de cotas raciais na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e que participaram do referido Projeto Afroatitude.

O objetivo deste trabalho é analisar as implicações da participação dos estudantes no Projeto Afroatitude/UFPR no processo de construção de suas identidades pautando-se na proposta de Antonio Ciampa (1987; 1994), segundo a qual a identidade é constituída de acordo com as leis da dialética, sendo invariavelmente transformação, re-posição e contradição. A perspectiva aqui apresentada é antagônica às visões individualista, isolacionista, naturalista, essencialista e maturacionista (LEITE, 2009), comum à maioria dos trabalhos sobre identidade e que parecem “limitar o conceito de identidade ao de autoconsciência ou autoimagem” (JACQUES, 1998), uma vez que desprende o indivíduo como gerador natural das funções psíquicas biologicamente predispostas. O aparato biológico apenas dá condições para que esse indivíduo aproprie-se das produções historicamente desenvolvidas pelo gênero humano por meio da mediação do outro, dos grupos e das instituições. Compreender o processo de constituição da identidade implica, necessariamente, articular dimensões aparentemente contraditórias. O individual/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença, unicidade/totalidade, fazem parte da mesma atividade constituída na relação interpessoal. Diferença e igualdade constituem os pesos primeiros da identidade.

Parte-se da hipótese de que, se o processo grupal privilegia a produção de novos sentidos e significados (LANE, 1984), é possível inferir que o Projeto Afroatitude – que na UFPR se desenvolveu enquanto grupo – contribuiu enquanto mediação na construção de uma identidade racial transformada, valorizada, referenciada e construída no/e pelo próprio grupo e ressignificada a partir da negação dos estereótipos de subalternidade aplicados cotidianamente à população negra e das referências padronizados na identidade branca pré-estabelecida como normativa invariável a todos os indivíduos.



POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UNIVERSITÁRIOS AFROBRASILEIROS

O presente estudo visa a contribuir para a produção de conhecimento sobre um tema ainda pouco estudado na literatura nacional. Entendendo-se que um dos desafios presentes nos modos de organização social contemporâneos remete à crescente necessidade de inclusão social/profissional de grande parte da população que se encontra em condições restritivas no que se refere à construção e à concretização de um projeto de vida pleno e produtivo, e considerando-se que este último contribui para a constituição da identidade e que, para a maior parte dos jovens brasileiros, inclui a possibilidade de frequentar o ensino superior, espera-se poder lançar alguns subsídios para futuras intervenções com a população estudada.

MÉTODO

Adotou-se a análise qualitativa dos depoimentos de vinte e dois estudantes da UFPR que ingressaram pelo sistema de cotas raciais e participaram do Programa Afroatitude/UFPR, quando responderam à sentença “descreva sua experiência como bolsistas do Projeto Afroatitude”. Foi preservada, pelo anonimato, a identidade civil dos participantes, adotando-se pseudônimos.

Apreender o significado da fala, da palavra, manifestadas nos depoimentos que constituem o material empírico desta pesquisa, permite apreender o movimento e o processo de construção e de ressignificação da identidade mediados por processos grupais e atividades promovidas pelo Projeto Afroatitude e pela Universidade. Adotou-se o procedimento metodológico de se discriminarem diferentes matizes identitárias (neste estudo apresentadas como categorias de análise) a partir do índice de recorrência nos discursos analisados, sem esquecer ser este um recurso meramente didático, uma vez que se compreende a identidade como um caleidoscópio das vivências e das significações que atravessam as atividades e o movimento de conscientização mediado pelos grupos e instituições dos quais o sujeito toma parte.

A partir da leitura dos depoimentos, decidiu-se trabalhar com grade de onze categorias definidas por temas recorrentes em maior frequência quantitativa, pelo nível de importância sinalizado pelo próprio participante, bem como pelas contradições presentes e pelo caráter emocional denotado no discurso: (1) Identidade Racial; (2) Identidade Universitária; (3) Identidade como Cotista Racial; (4) Identidade de Grupo; (5) Ponto de Partida; (6) Vivência de Preconceitos; (7) Auxílio Financeiro; (8) Projeto de Vida; (9) Atividade Afroatitude; (10) Atividade Multiplicadora e (11) Ressignificação da Identidade (SOARES, 2010, p. 73). Neste artigo será abordada a Identidade Racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identidade Racial: “*Porque não é todo dia que se para para pensar se você realmente é negro*” (Thiago, cotista do curso de História).

A classificação racial no Brasil constitui-se fenômeno complexo. Para Telles (2003, p. 132) “raça é um termo ambíguo, situacional, inconsciente e relacional”. O pertencimento racial, ou identidade étnico-racial, não é um tema presente no cotidiano dos brasileiros, ainda que faça parte das relações interpessoais substancialmente. Como destaca Soares (2010), a opção pelo sistema de cotas raciais na UFPR se faz por cor autodeclarada, conforme as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no preenchimento de seus dados na inscrição para o vestibular. O candidato necessita identificar o seu grupo de pertencimento racial, provavelmente sendo este um momento marcante e talvez um dos primeiros momentos de reflexão sistematizada sobre a identidade racial (PENHALOPES, 2008).

Discutem-se a seguir os movimentos de identificação ou negação dessa identidade por parte dos sujeitos da pesquisa. Para ilustrar o movimento contraditório de construção da identidade e as



FAMILIA Y EDUCACIÓN EN UN MUNDO EN CAMBIO

reflexões proporcionadas pelo Projeto Afroatitudo/UFPR, apresentam-se alguns aportes discursivos dos sujeitos da pesquisa no que diz respeito à construção da identidade racial.

“Seria um bom começo dizer que no início eu estava completamente perdida. Quando digo início, me refiro ao momento em que surgiu o comentário sobre as cotas. Este foi o assunto do ano: cotas na UFPR! Enquanto todos comentavam se as cotas eram justas ou não, a única preocupação que eu tinha era quanto a minha cor.”

E na sequência do discurso:

“A minha mãe é branca, os meus irmãos são brancos, ou melhor, são mais ‘claros’ do que eu; apenas meu pai é da minha cor. Mas que cor? Quando meus irmãos brigam comigo a primeira coisa que fazem é me chamar de “preta”, “neguinha”... e outros nomes que remetem à minha cor. Todavia, quando eu digo que sou negra eles falam que não, e que deveria me olhar no espelho. Então, se eu não sou branca nem negra, o que eu sou? Será que eu entraria como uma candidata cotista? E se eu tentasse as cotas e não fosse aprovada por não ser negra? E agora, deveria optar pelas cotas ou não? Essas eram minhas dúvidas. Durante toda minha vida me esconderam uma identidade da qual hoje eu tenho orgulho. Uma identidade que somente era revelada para me ofender. Acredito que tentaram e tentam me embranquecer ou me fazer menos negra. Isso porque minha pele não tem tanta pigmentação. Parecia que ser negra era ruim, então, nos momentos em que eu me comportava bem, eu deixava de ser negra, e quando fazia algo “errado”, a ‘negritude’ aflorava. Complicado não?”
Dylaine – Direito.

Na análise do discurso realizada (SOARES, 2010, p. 74-75; SOARES, FERRARINI & RUPPEL, 2011, p. 10-13), observa-se que, no momento do debate das cotas raciais e da sua inscrição ao vestibular, os questionamentos que Dylaine se fez em relação a seu pertencimento racial são bastante enfáticos, mobilizando aspectos antagônicos da identidade racial dos sujeitos. Dylaine fala de suas inquietações e contradições quanto à identificação racial dentro do próprio núcleo familiar, quando em determinados momentos é entendida como negra e em outros é levada a entender-se como branca. Mesmo no espaço familiar, a cor não é um fator bem definido, sendo utilizado como forma de classificação valorativa. Dylaine reporta-se à demanda de “embranquecimento” que atuou para esconder a identidade da qual “agora” tem orgulho; nas palavras dela “tentaram e tentam me embranquecer ou me fazer menos negra”. Dylaine ao declarar “Uma identidade que somente era revelada para me ofender”, fala de uma identidade que lhe estava oculta, apresentada e escondida por um *outro* que aparece indefinido, um *outro* que não se vê (FERREIRA, 2002), um *outro* que tenta embranquecê-la. Esse *outro* pode ser a família ou demais instituições sociais com as quais se relaciona e reproduzem o que está nas dimensões mais abrangentes das relações sociais (LANE, 1995).

Soares (2010, p. 77) afirma que “Esta realidade compõe a maioria absoluta dos discursos dos participantes desta pesquisa, confirmando a comum imposição ideológica de uma identidade pautada no branco como norma, componente marcante de suas histórias, realidade vivenciada pela população negra de forma geral” o que pode ser exemplificado pelo extrato do discurso de Dylaine: “Assim como eu no começo não sabia o que era, existem mais alunos afrodescendentes que não conseguem se assumir porque também foram embranquecidos em algum momento de sua vida.”

A reflexividade a respeito da identidade também foi explicitada por Thiago ao afirmar que se obrigou a “parar para pensar” sobre sua condição racial.

“Enfim, foi em 2004 que resolvi participar do processo seletivo da UFPR. Certo de que o meu curso era o de História, a única dúvida era como me inscrever: se pelas cotas raciais, sociais sem cotas. Era mesmo uma situação complicada, pois após ter fracassado no último vestibular, via nas cotas uma boa chance. No entanto, naquela época, era difícil para mim saber, se me enquadrava num dos perfis exigidos pelo sistema. Não é todo dia que se para pra pensar se você realmente é negro e, na dúvida, iniciei uma pequena busca. Descobri que eu não conseguiria passar pelas cotas sociais, porque durante três anos havia estudado numa entidade filantrópica. Por fim, faltando poucos dias para encerrar as inscri-



POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UNIVERSITÁRIOS AFROBRASILEIROS

ções, eu tinha que me decidir com urgência. Foi quando minha mãe, interrogada a respeito das minhas dúvidas, me disse: 'Você é sim afrodescendente'. Inscrevi-me então pelas cotas raciais.' Thiago – História.

Thiago narra o percurso que fez ao deparar-se com as escolhas inerentes ao momento do vestibular. A escolha profissional aparece como definida para ele, restando a dúvida sobre o sistema de seleção a que iria concorrer ao enquadrar-se no perfil de cotas sociais e raciais. O questionamento de seu pertencimento racial talvez tenha sido o primeiro momento em que este tema foi abordado de modo explícito na inter-relação familiar oferecendo ao candidato segurança para optar pelas cotas raciais (SOARES, 2010, p. 75-76; SOARES, FERRARINI & RUPPEL, 2011, p. 10-13).

Como infere Soares (2010, p. 77):

no processo de movimentação desta identidade, os negros são de certo modo coagidos a afastar-se de uma compreensão de si mesmos, levados a aceitar o padrão normativo da branquidade como qualidade exclusiva, fazendo dela seu objeto de desejo e inveja na impossibilidade de construir e fundamentar uma identidade com valores positivos em relação às suas qualidades intelectuais, físicas, históricas e culturais.

(...) O negro é compelido a não se identificar com os demais sujeitos de seu grupo racial, ao mesmo tempo que não pode também identificar-se com os brancos, de forma a ser sempre indicado como fora do padrão, fora da norma. Deste modo, a alternativa que lhe resta é o “limbo”; como não pode identificar-se nem aqui nem ali, é permitido ao negro permanecer na condição de nada, ficar à zero. Em geral, os membros deste grupo ficam dispersos, na dúvida, na negação de sua negritude e muitas vezes classificados subjetivamente por eles mesmos como “nada”.

CONCLUSÕES

Diante dessas reflexões, surgem algumas questões. Que implicações subjetivas decorreriam do ingresso do indivíduo negro na instituição universitária por meio do sistema de cotas raciais? Este processo traria impactos significativos à constituição da identidade racial destes sujeitos? Qual o alcance desta medida inclusiva na história de vida deles?

Como conclusões, a presente pesquisa (SOARES, 2010; SOARES, FERRARINI & RUPPEL, 2011) constatou que pensar sobre a identidade racial faz parte do processo de reflexão sobre as múltiplas determinações que constituem a identidade como um todo e a configuração da subjetividade, além da apropriação da objetividade de forma menos alienada com a participação ativa do sujeito enquanto ser histórico. Essa reflexão, conscientização e ação para transformação foram evidenciadas em todos os depoimentos aqui analisados, podendo inferir sobre a eficiência das políticas afirmativas, sobretudo quando articuladas com projetos como o Afroatitude que, além propiciar auxílio financeiro aos alunos cotistas, incentiva o engajamento com questões sociais, inclusive no combate efetivo ao racismo, o que vem a confirmar a hipótese apresentada.

Chamam atenção depoimentos questionadores e emocionados de jovens que parecem se defrontar pela primeira vez com a questão da identidade racial quando pensam em se inscrever no vestibular utilizando as cotas raciais, momento em que direcionaram um olhar para si mesmos, para suas origens e para sua história. Esses dados confirmam o que outras pesquisas, como a desenvolvida por Penha-Lopes (2008), ilustram como o ato de deparar-se com a autodeclaração racial deflagram processos contraditórios típicos da produção de identidade.

Os discursos sobre a compreensão do pertencimento racial, antes da experiência no Projeto, mostram o quanto estes estudantes estavam presos a uma concepção naturalizante sobre a questão racial, seja em termos da constituição da identidade, seja referente à negação ou ocultamento de atitudes sociais preconceituosas, seja sobre a conscientização a respeito de diferentes conceitos



FAMILIA Y EDUCACIÓN EN UN MUNDO EN CAMBIO

e teorias científicas que impõem certas maneiras de se compreender as relações sociais e de poder, indo ao encontro das análises apresentadas por Ciampa e Munanga (2000). Através da participação no Afroatitude, foi possível observar o movimento da ressignificação de identidade. Os impactos dessa política de ação afirmativa sobre a vida desses indivíduos são significativos na medida em que propiciou uma maior integralidade de acesso ao aparelho institucional universitário e à cultura, conferindo-lhes poder político de mobilização social e atribuindo-lhes identidade de membros efetivos da coletividade.

Não há dados para inferir o impacto da vivência do Afroatitude contraposto à experiência de outros alunos também cotistas raciais e que não tenham participado deste ou de outro espaço de discussão e atividades semelhantes. A hipótese é que estes últimos tenham seguido o percurso acadêmico sem compreender o relevo político das cotas raciais e o motivo pelo qual ela se fez.

Ao que se pode evidenciar neste estudo, o Afroatitude foi uma experiência genuína de formação política capaz de mobilizar forças de transformação, substituindo a inércia de uma estagnação identitária por palavras de vida como a de Dylaine, cotista racial do curso de Direito/UFPR “O Afroatitude me mostrou que tudo pode ser o que é. *Eu posso ser quem sou*”.

REFERÊNCIAS

- BACKES, J. L. (2006). Articulando raça e classe: efeitos para a construção da identidade afro-descendente. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 95, p.429-444, maio/ago.
- BRANDÃO, E. P. (2003). *Pedagogias redutoras de exclusão: as políticas de ação afirmativa em questão*. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CIAMPA, A. C.; MUNANGA, K. (2000). Qual é a explicação dessa ausência e desse silêncio (de nossa psicologia social) sobre um tema que toca a vida de mais de sessenta milhões de brasileiros de ascendência africana? *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 5-17.
- CIAMPA, A. C. (1987). *A Estória do Severino e A História da Severina - Um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- CIAMPA, A. C. (1994). Identidade. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 58-75.
- DUARTE, E. C. P.; BERTÚLIO, D. & SILVA, P. V. B (orgs.). (2008). *Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político*. Curitiba: Editora Juruá, p.159-187.
- ESMANHOTO, R. C. G. (2007). A experiência do Afroatitude na Universidade Federal do Paraná. In: CAVALCANTI, B. C.; FERNANDES, C. S.; BARROS, R. R. A. (Orgs.). *Kulé-kulé: Afroatitudes*. Maceió: EDUFAL. p. 53-62.
- FERREIRA, R. C. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia e Sociedade*, 14 (1): 69-86; jan./jun.
- GONÇALVES, P. B.; SILVÉRIO, S. V. R (org.). (2003). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP.
- GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. (2007). Ações Afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre: ABRAPSO, p. 70-78.
- GUIMARÃES, A. S. A. (1997). A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, p.233-242.
- IANNI, O. (2004). Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, n. 50, p. 21-30.
- JACQUES, M. G. (1998). Identidade. In: Jacques, M. G.; STREY, M. N.; BERNARDES, M. G; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A. & FONSECA, T. M. G. (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes. p. 159-167.



POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UNIVERSITÁRIOS AFROBRASILEIROS

- LANE, S. T. M. (1984). O Processo Grupal. In LANE, S. T. M. & Codo, W. (orgs.) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S. T. M. (1995). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. B. (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC e Brasiliense.
- LEITE, R. P. (2009). *A formação da identidade negra na universidade: um estudo com estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas do Programa PROUNI*. Dissertação de Mestrado.
- MAGGIE, Y. e FRY, P. (2004). A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, no. 50, p. 67-80.
- MATTA, L. (2005). *Da democracia racial à ação afirmativa: o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro.
- MOEHLECKE, S. (2002). Ação afirmativa: História e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 117, p. 197-217.
- MOEHLECKE, S. (2004). Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776.
- MUNANGA, K. (2001). Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 31-43.
- MUNANGA, K. (2004). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- MUNANGA, K. (2009). *Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/15380836/Munanga-Um-Ponto-de-Vista-Em-Defesa-de-Cotas>. Acesso em: Dezembro de 2009.
- NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. (2007). Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*. Porto Alegre: n. 17, p.124-157.
- PACHECO, J. Q. & SILVA, M. N. (orgs.). (2007). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- PENHA-LOPES, V. (2008). *A identidade racial dos alunos cotistas da UERJ*. Trabalho apresentado como painel no evento Affirmative Action and the Changing Notion of Racial Identity in Brazil em BRASA IX, Nova Orleans.
- SANTOS, W. O. (2008). *Cotas raciais e sociais na Universidade Federal do Paraná: opinião dos estudantes que ingressaram antes da implementação do sistema de cota*. Monografia (Graduação em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- SOARES, C. S. (2010) *Identidade racial e políticas afirmativas: um estudo de caso Afroatitude/UFPR*. 150 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SOARES, C. S.; FERRARINI, N. L. & RUPPEL, D. (2011). *Identidade racial e políticas afirmativas: o Projeto Afroatitude/UFPR*. Não publicado.
- THEODORO, M. (2008). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA.